

NOS DOMÍNIOS DO CORPO: O SABER MÉDICO LUSO-BRASILEIRO NO SÉCULO XVIII. Abreu JLN. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2011. 220p.

ISBN: 978-85-7541-206-0

O presente livro é uma versão atualizada da tese de doutorado de Jean Luiz Neves Abreu, defendida em 2006, no âmbito do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Transformado em livro, esse estudo alcança relevante êxito ao analisar as transformações ligadas às percepções sobre o corpo, a saúde e a doença no mundo luso-brasileiro do século XVIII, tendo em vista a ainda pequena quantidade de trabalhos sobre essa temática no referido período. O tempo histórico analisado constitui-se de profundas mudanças políticas e institucionais ligadas à maior recepção das ideias da ilustração em Portugal. Para essa investigação, o autor parte do próprio saber médico produzido à época e divulgado através de tratados médicos, manuais de medicina, periódicos científicos e lunários, intercalando-o com as transformações mais amplas do contexto português.

O autor privilegia a institucionalização da anatomia em Portugal como ponto de partida para uma mudança mais ampla na produção do conhecimento médico luso-brasileiro. Por essa razão, o primeiro capítulo é destinado a analisar fundamentalmente as transformações no ensino e a relação que os médicos portugueses travavam com as teorias médicas vindas de outras partes da Europa, inclinadas à importância do experimentalismo e da anatomia para o conhecimento do corpo e suas enfermidades. Abreu analisa a força da tradição de pensamento fundada na leitura de pensadores gregos como Hipócrates e Galeno e a rejeição da maior parte da classe médica portuguesa, no início do século XVIII, à anatomia e à ciência dos séculos XVII e XVIII desenvolvida em outras partes da Europa, tendo por base as ideias de Descartes, Newton, Boyle, entre outros. Essa rejeição inicial, posteriormente, vai dar forma a diversas controvérsias sobre a importância da anatomia e da renovação do ensino médico em Portugal. Os médicos à frente dessas controvérsias possuíam, em sua maioria, formação no exterior (os “estrangeirados”) e dialogaram, ao longo de sua formação, com os estudos vindos do norte da Europa. Esses médicos defendiam a união entre teoria e prática, na qual o médico deveria ser, também, versado em cirurgia. O autor destaca a visão de inferioridade imputada ao trabalho dos cirurgiões, fruto da imagem dicotômica entre trabalho manual e trabalho intelectual característica do início dos 1700 e como, gradativamente, com a abertura portuguesa às ideias da ilustração, esse posicionamento se modificou. Com a reforma do ensino médico na Universidade de Coimbra, no início da década de 1770, a cirurgia passa a ser considerada uma atividade médica. A partir daí, inicia-se o controle de seu exercício e a restrição aos cirurgiões não habilitados na área da medicina.

No segundo capítulo é analisada a mudança na concepção de corpo humano. No início do século XVIII o homem era visto como um microcosmo ligado ao macrocosmo do universo sendo, dessa forma, influenciado por mudanças de ordem astrológica. Acreditava-se, portanto, que os astros e sua disposição exerciam

influência sobre o corpo humano desde o nascimento. Essa concepção também unia os textos da antiguidade, com ideias originadas no renascimento, além de manter estreita relação com a perspectiva de onipresença e onipotência divina. Com a adoção dos preceitos mecanicistas e experimentais da anatomia, o corpo humano passa a ser visto como máquina perfeita onde todos os órgãos possuem suas funções dentro do conjunto. Essa mudança vai gerar uma laicização progressiva das concepções de corpo humano na medicina luso-brasileira. O autor, entretanto, destaca algumas continuidades da presença do divino nas novas concepções, rejeitando a ideia de uma ruptura total nesse período.

O terceiro capítulo destina-se às concepções de saúde e doença e às práticas de cura nos setecentos. O autor analisa as diferentes ideias que nortearam os médicos nesse período, desde as práticas ligadas à concepção Hipocrática e Galênica da doença, que guardavam estreita relação com a magia, o ocultismo e a teologia, até as ideias mecanicistas de doença. Dessa forma, são abordadas várias questões envolvendo essas diferentes concepções e práticas, como o uso de sangrias, remédios feitos de excretos de animais e humanos ou fabricados com composições secretas e “milagrosas”, práticas comuns no início dos 1700 e questionadas pelos novos pressupostos que emergiram na segunda metade do século. Abreu frisa, porém, que apesar do aprofundamento do estudo das causas das doenças no contexto do reformismo ilustrado, descartando-se as explicações ocultas das enfermidades, os textos de Hipócrates continuaram sendo levados em conta, sendo visível a continuidade de algumas das antigas práticas, como a das sangrias e das composições secretas. As descontinuidades principais ficam por conta das justificativas das práticas, que passaram a fazer-se à luz do racionalismo, provocando o aumento ao combate do que era visto como superstição.

Na esteira da mudança nas visões sobre o corpo humano e com a aproximação da medicina aos preceitos da química e da história natural, ocorre o aumento da preocupação com a saúde da população portuguesa e das colônias, tema do quarto capítulo. Nessa parte é analisado como a medicina se uniu gradativamente ao Estado visando à manutenção da saúde das populações, avaliando as condições de saúde e de aplicação de preceitos higiênicos em Portugal e em suas colônias nos trópicos. A concepção da região tropical, como lugar perfeito para a vida humana (comparável ao Éden), foi questionada pelos médicos da época que, com base nas teorias miasmáticas, apontavam o clima como uma das principais fontes de insalubridade nas colônias. As críticas ao tratamento dispensado aos escravos na saúde e na doença tornaram-se constantes. Com base em ideias mercantilistas do tempo da ilustração, os médicos difundiram, através de manuais direcionados à população, que o sucesso da economia nos trópicos, dependia da manutenção da saúde dos escravos para evitar-lhes a mortandade que resultava em prejuízos no momento da substituição da mão de obra.

O capítulo final destina-se a analisar os primórdios da afirmação da medicina como normatizadora dos comportamentos humanos direcionados ao cuidado com o corpo. Cada vez mais o discurso moralizante,

antes monopolizado pela Igreja, foi absorvido pelas prescrições médicas, já dentro de um contexto de pensamento mecanicista. Desse modo, através dos tratados médicos direcionados à população geral, os médicos buscaram guiar o cuidado cotidiano com o corpo, regulando questões relativas à vida privada como a alimentação, a sexualidade, a família e a educação física.

Apesar da diversidade e riqueza da documentação consultada, o livro explora pouco as controvérsias entre os atores envolvidos nas transformações do conhecimento médico luso-brasileiro. O autor expõe a existência de controvérsias, mas opta por analisar mais detidamente a estrutura do conhecimento produzido. Essa perspectiva de trabalho em nada diminui o mérito dessa obra que, por sua importante contribuição, torna-se referência obrigatória para os pesquisadores que investigam as concepções de saúde, corpo e doença no mundo luso-brasileiro do século XVIII. Para aqueles que não trabalham com essa temática, mas apreciam uma prazerosa leitura, *Nos Domínios do Corpo: O Saber Médico Luso-Brasileiro no Século XVIII* é referência igualmente obrigatória.

André Vasques Vital
Casa de Oswaldo Cruz, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro,
Brasil.
vasques_hist@yahoo.com.br